



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL  
PORTARIA Nº 278, DE 17 DE JUNHO DE 2025.

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA, POR MOTIVO DE  
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

**PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI**, Prefeita Municipal de Boa Vista do Sul,  
Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

**CONCEDE**, nos dias 12<sup>1</sup>, 13, 14 e 15 de junho de 2025, **licença por motivo de doença em pessoa da família** a servidora **JONÉIA SCHEIBEL**, matrícula nº 802, detentora do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO, para acompanhamento em atendimento médico e cuidados (filha), conforme atestado médico, com fulcro no art. 116 e parágrafos, da Lei Municipal nº 625, de 18 de maio de 2011, Regime Jurídico dos Servidores<sup>2</sup>.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL, AOS  
DEZESETE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2025.

  
PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI,  
Prefeita Municipal.

*Registre-se. Publique-se.  
Em 17/06/2025.*

  
Pricila Lúcia Bagatini  
Secretária Municipal de Administração e Planejamento.

<sup>1</sup> Servidora cumpriu o horário de trabalho nesse dia no turno da manhã.

<sup>2</sup> **Art. 116.** Poderá ser concedida licença ao servidor ocupante de cargo efetivo, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai ou da mãe, do filho, enteado ou menor sob guarda para fins de adoção e de irmão, mediante comprovação médica oficial do Município.

§ 1º. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado, através de acompanhamento pela Administração Municipal.

2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração até 10 (dez) dias, consecutivos ou intercalados, e após, com os seguintes descontos: Alterada por LEI ORDINARIA nº 1131/2022, 08/09/2022

I- de 11 a 20 dias, consecutivos ou não, serão descontados 2/3 (dois terços) da remuneração. Incluído por LEI ORDINARIA nº 1131/2022, 08/09/2022

II- acima de 20 dias, consecutivos ou não, sem remuneração. Incluído por LEI ORDINARIA nº 1131/2022, 08/09/2022